

# O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil

Síntese do relatório de pesquisa<sup>1</sup>  
(Ministério da Justiça-SENASP/PNUD)

Luiz Eduardo Soares, Marcos Rolim e Silvia Ramos<sup>2</sup>

Finalmente entra em cena, com direito a voz e exercitando a liberdade de crítica, o principal ator no drama da segurança pública, o protagonista de épicos e tragédias, o cidadão comum e trabalhador -- sempre alvo de cobranças, frequentemente objeto de preconceitos --, aquele que, até hoje, paradoxalmente, não foi escutado e, por vezes, foi silenciado: o policial; a policial. E também o bombeiro militar, o guarda civil municipal e o agente penitenciário.

A pesquisa cujos resultados aqui se resumem ouviu 64.130 mil profissionais da segurança pública de todo o país<sup>3</sup>, por meio de questionários, respondidos nos meses de abril e maio de 2009. Os questionários foram aplicados por meio virtual, para o que se recorreu à rede nacional de altos estudos em segurança pública (a RENAESP, articulada pela SENASP). Com base nesse universo, produziu-se um recorte amostral, levando-se em conta dados nacionais sobre os contingentes profissionais de cada instituição contemplada (distinguindo-se dois estratos nas Polícias Militares --oficiais e não-oficiais-- e dois, nas Polícias Cíveis -- delegados e agentes), assim como suas respectivas inserções regionais. Desse modo, os resultados obtidos nos questionários passaram a ter representatividade nacional.

## I. O que pensam os profissionais da segurança pública sobre suas instituições diante das Mudanças

Ao contrário do que talvez suponha a opinião predominante na sociedade brasileira a respeito dos policiais, eles, em sua grande maioria, desejam, sim, mudanças institucionais profundas, querem novas polícias, não aprovam as polícias em que atuam, nem concordam com o atual modelo organizacional, e estão maduros para discutir esses temas tão complexos

---

<sup>1</sup> Para exposição e análise mais detalhadas, e apresentação de tabelas, questionário, nota técnica sobre cálculo da amostra, e considerações sobre métodos de neutralização de possíveis vieses, consulte-se o *Relatório de Pesquisa*. Para uma leitura mais profunda e extensa do que a presente, mas menos detalhada do que o *Relatório*, vide artigo/paper com mesmo título.

<sup>2</sup> A pesquisa é uma realização coletiva para a qual muitos contribuíram, decisivamente, depositando confiança em seus autores, mas também aportando sugestões fundamentais, informações chave e críticas pertinentes e esclarecedoras, ou tornando possível a aplicação dos quase 65 mil questionários. Nossos agradecimentos, portanto, a Alberto Kopittke, Mariana Carvalho, Fernanda Alves dos Anjos, Juliana Barroso, Jó Resende e a toda a equipe técnica do Ministério da Justiça, do EAD e da RENAESP. Sem eles, a pesquisa não teria existido. Fernando Antunes, Natália Fontoura, Helder Ferreira e Renato Lima foram importantes interlocutores. Eduardo Rombauer e Miriam Guindani contribuíram para um debate que acabaria dando origem à pesquisa. Nosso reconhecimento também, e especialmente, ao empenho pessoal e à visão do ministro Tarso Genro e do secretário nacional de segurança pública, Ricardo Balestreri. Estendemos nossos agradecimentos ao parceiro institucional do Ministério da Justiça, o PNUD. Sobretudo, registramos nossa gratidão a todos os profissionais de segurança pública que dedicaram seu tempo a responder ao questionário, valorizando o instrumento, respeitando os procedimentos, refletindo sobre tantas questões e construindo, na prática, essa experiência singular de interlocução virtual. Sublinhe-se, ainda, a relevância do papel desempenhado por Gabriel Fonseca, Marcelo Durante e Bruno Falcão, nos cálculos e no desenho da amostra. Marcelo contribuiu ao longo de todo o processo e sua participação foi decisiva. São dele os gráficos que ilustram a presente síntese. Nossa gratidão a Ana Lúcia Caetano dos Santos pela competência, a generosidade e a seriedade profissional. Por fim, mas não menos importante, nosso reconhecimento a Regina Miki, coordenadora geral da CONSEG, para cujos debates esperamos que esta pesquisa contribua.

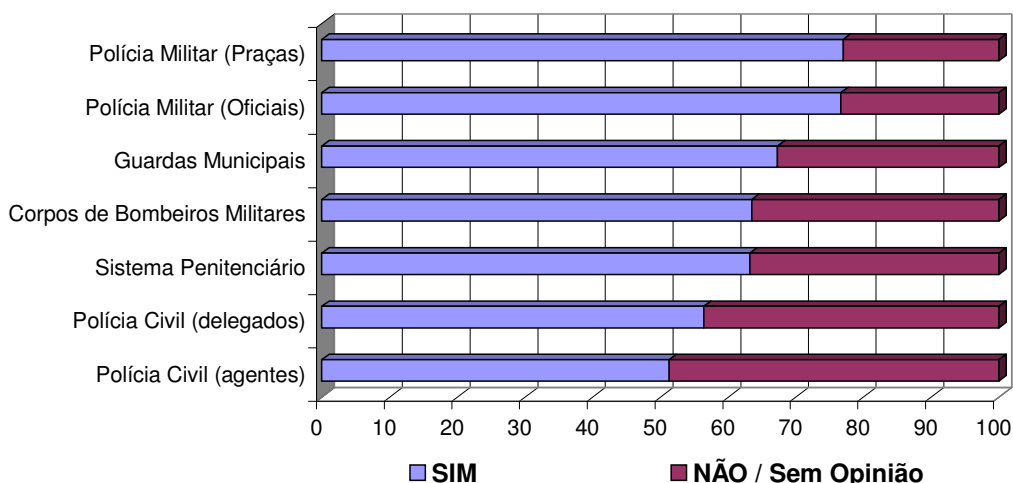
<sup>3</sup> Os pequenos números de respondentes da PF, da PRF e das Perícias independentes impediram que essas instituições fossem incluídas na amostra. Portanto, a pesquisa apenas focalizou as PMs, as PCs, as Guardas Cíveis Municipais, os Bombeiros Militares e os agentes penitenciários. Os peritos que integram os quadros das Polícias Cíveis foram incluídos na categoria "agentes da PC", que criamos para incorporar todos os não-delegados.

e urgentes. Ao contrário também do que talvez o imaginário popular suponha, os policiais militares são mais “mudancistas” do que os civis. É mais uma vez contra a tendência dominante nas especulações usuais, os oficiais, nas PMs, são quase tão “mudancistas” quanto os não-oficiais.

A convergência pró-mudança das opiniões de praças e oficiais é forte, ainda que variem as alternativas propostas. Os policiais civis também apóiam as mudanças, mas por estreita margem e com grande divisão interna –os delegados sendo muito menos conservadores do que os agentes. De todo modo, qualquer que seja o ângulo pelo qual se examinem as posições, impõe-se como inequívoca a rejeição ao *status quo* institucional, insinuando-se, no horizonte, uma poderosa coalizão mudancista. Apenas 15% dos policiais militares brasileiros defendem a manutenção do atual modelo de polícia. 77% querem mudança. Nas polícias civis brasileiras, 41% dos agentes e 40,1% dos delegados defendem o atual modelo, mas 56,4% dos delegados e 51,2% dos agentes desejam mudança. Quando somamos as opiniões **anti-mudança**, os percentuais são: **40,9%** dos policiais civis e **15%** dos policiais militares (sem distinção de patente). Quando computamos as preferências pró-mudança, independentemente das patentes, chegamos a **51,9%** dos policiais civis e **77%** dos policiais militares.

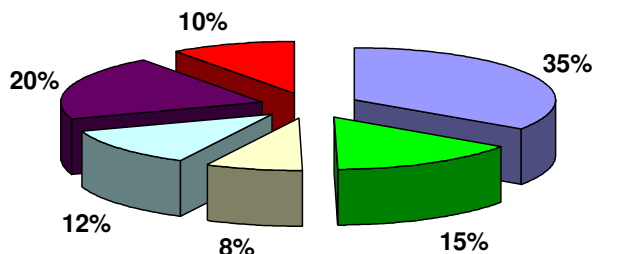
Se somarmos as opiniões de todos os profissionais da segurança (não só os policiais), concluiremos que **69,8%** identificam-se com a mudança.

### Opinião dos profissionais quanto à necessidade de mudança do modelo de polícia



Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

### Opinião dos Profissionais sobre qual o Modelo Ideal de Polícia



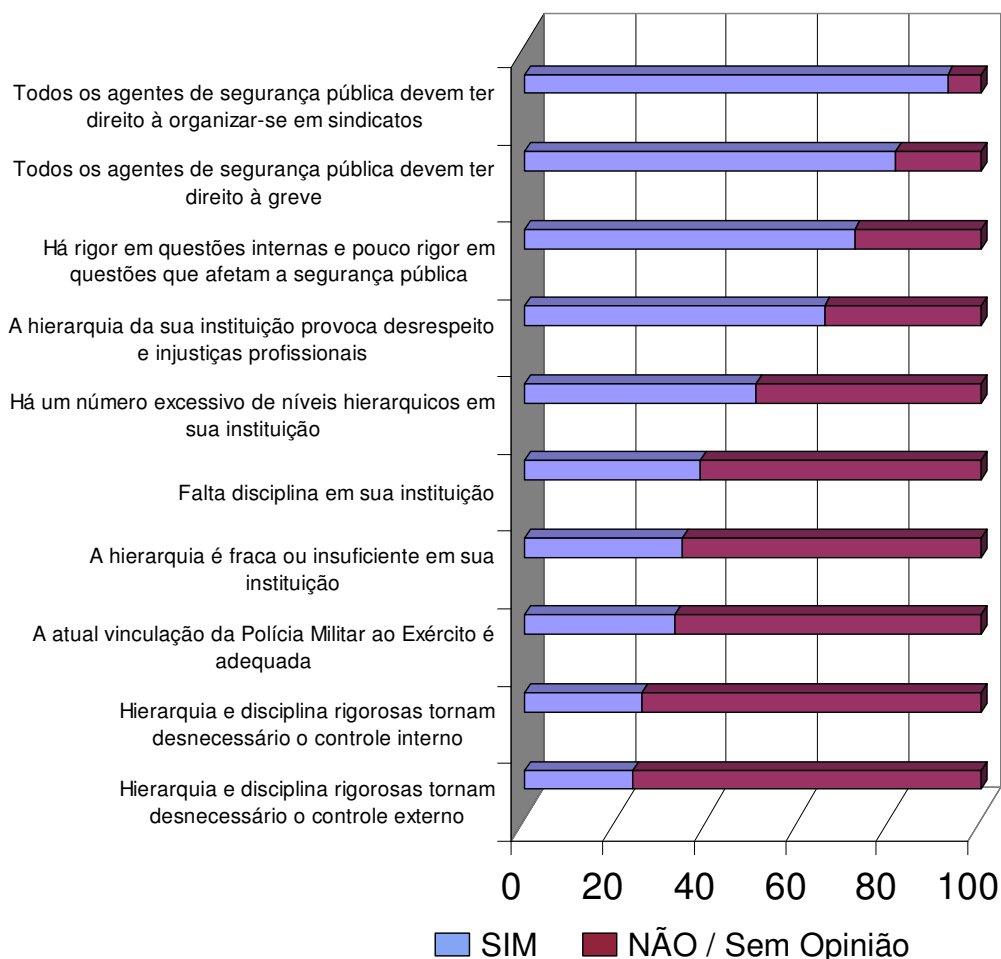
- Polícias Militares e Civas Unificadas / Estaduais Civas
- Polícias Militares e Civas Unificadas / Estaduais Militares
- Polícias atuando em circunscrição geográfica
- Polícias atuando conforme tipo de crime
- Manutenção do atual modelo de polícia
- Sem opinião

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

Dos policiais militares que não são oficiais (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), 42,1% preferem que a polícia seja unificada, e que essa nova polícia unificada seja civil. 18,8% dos não-oficiais optam pela unificação, desde que a nova polícia unificada seja militar. Entre os oficiais, não passam de 15,8% aqueles que se identificam com a proposta de unificação das polícias, desde que a nova polícia oriunda do processo de unificação seja civil. Invertem-se, portanto, as tendências das opiniões relativas às mudanças institucionais, os oficiais demonstrando muito mais apreço pela identidade militar do que os não-oficiais. De todo modo, é extraordinariamente significativo que **39,9%** dos policiais militares de todas as patentes prefiram um modelo civil de polícia.

É possível que essa rejeição ao modelo militar de um contingente tão expressivo de profissionais guarde relação direta com as opiniões manifestadas a propósito de alguns tópicos particularmente sensíveis, como **hierarquia e disciplina**, e com processos de **vitimização**, decorrentes do modo pelo qual o formato militar tem sido praticado e vivido, nas polícias brasileiras – e que não constitui o único modo de existência do modelo militar, o que significa que a rejeição de que tratamos pode ter como objeto a variante conhecida e experimentada entre nós do formato militar, e talvez não expresse oposição a todo e qualquer forma de organização policial militar. Pelo que dizem os profissionais de segurança, em particular os policiais, o “não” ao modelo militar vigente talvez possa tornar-se um “sim” caso a forma de que ele se reveste mude em aspectos cruciais como: o regimento disciplinar, o proverbial desrespeito aos direitos constitucionais dos policiais, a hierarquia enrijecida atravancando a plasticidade e o dinamismo da gestão e do trabalho na ponta, a vinculação ao Exército enquanto grilhão que imobiliza a estrutura organizacional e a cultura corporativa.

#### Opiniões sobre hierarquia e disciplina nas corporações



Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

Uma nova arquitetura institucional, em que cada polícia ficaria responsável por controlar determinados tipos de crime aparece com destaque nas preferências. É a segunda colocada, na opinião de todos, enquanto opção de modelo policial –se agregarmos como um único modelo os dois formatos, civil e militar, de unificação.

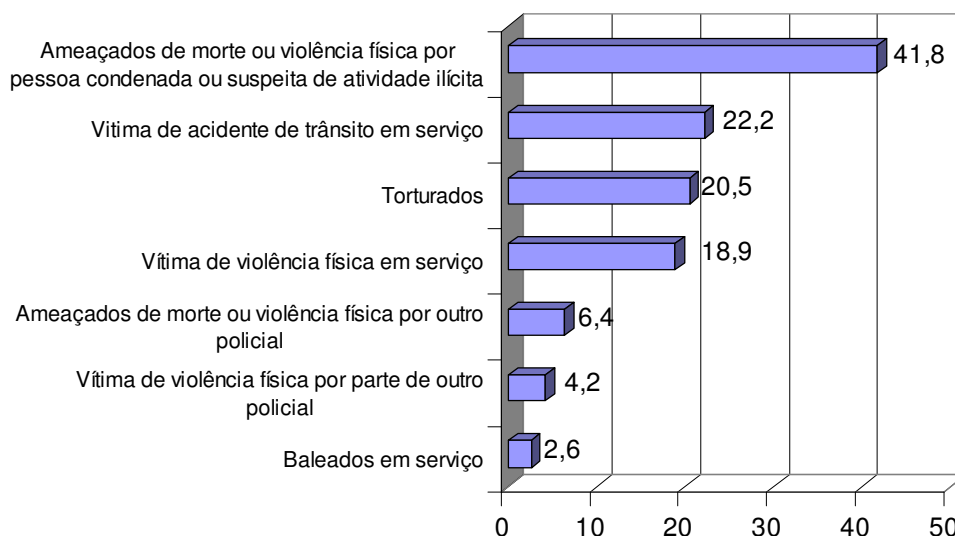
Sem dúvida, não seria correto congelar o quadro de distribuição de preferências que a aplicação da pergunta em pauta permite flagrar. Por uma razão muito simples: as opções para a mudança oferecidas no questionário aos respondentes representam algumas das principais alternativas em debate, entre os estudiosos da área e os profissionais do campo da segurança e da Justiça criminal, mas o repertório das possibilidades é bem mais amplo e inclui várias outras hipóteses.

Portanto, se o cardápio de propostas é mais rico, as escolhas registradas nas respostas ao questionário apenas traduzem a preferência quando aquelas opções (e não outras) são apresentadas. Essa conclusão desestabiliza qualquer certeza relativamente às opiniões que os policiais e os demais profissionais consultados na pesquisa têm a respeito dos modelos alternativos de polícia. Entretanto, essas considerações em nada afetam a **clara e insofismável manifestação da maioria por mudança**, isto é, contra a manutenção do atual modelo. Em uma palavra, se não pode ser depreendido, da análise dos dados, que a maioria deseja a unificação das Polícias, em formato civil, pode, sim, ser depreendido que: (1) a maioria não quer a manutenção do *status quo* institucional; e (2) se confrontada com aquelas opções listadas pelo questionário (e apenas com aquelas), preferirá a unificação e o formato civil.

## II. Experiência de Vitimização

Conhecer a realidade vivida pelos policiais brasileiros e demais agentes da segurança pública, enquanto vítimas de violações aos direitos humanos, assinala tarefa muito importante em, pelo menos, duas dimensões: primeiro, para que seja possível enfrentar e superar as condições, as práticas e as normas que agenciam o desrespeito, a submissão e o sofrimento de centenas de milhares de policiais em todo o país; segundo, para que possamos compreender -- em um quadro mais amplo-- os mecanismos e os valores que enquadram as relações entre os próprios policiais em situações que parecem flertar constantemente com a perversão. Em qualquer das duas dimensões, será possível identificar parte das razões pelas quais tantos de nossos policiais terminam por reproduzir relações desrespeitosas, preconceituosas e, não raro, abertamente violentas em suas relações com o público.

### Vitimização dos profissionais da segurança pública



Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

## **Torturados**

A pesquisa tratou da vitimização dos agentes de segurança pela tortura, em treinamento ou fora dele, definindo o significado desta prática segundo o conteúdo da Lei nº 9.455/97 (imposição deliberada de sofrimento físico ou mental). A expressão “tortura” é tradicionalmente concebida como o equivalente às práticas mais atrozes de violência. Na história brasileira, a prática reiterada dos choques elétricos, dos espancamentos, do “pau de arara” - especialmente ao longo do período de ditadura militar - oferecem mesmo os exemplos mais típicos do que se entende por tortura. A pergunta proposta pela pesquisa, entretanto, deixou absolutamente claro que o termo “tortura” estava sendo empregado de acordo com a lei brasileira, o que envolve a imposição deliberada de sofrimento físico ou mental. Por isso, as respostas positivas colhidas não significam que os profissionais de segurança no Brasil sejam expostos às formas mais atrozes de violência, nem haveria quem nas instituições policiais concordasse com isso; ainda que, legalmente, muitas das ocorrências que vitimam policiais em determinados treinamentos pudessem ser, em tese, enquadradas na lei brasileira sobre tortura. Seria possível imaginar, no mais, que a definição moderna de “tortura”, que agrega a experiência de “sofrimento mental” tivesse, neste caso, inflacionado as respostas afirmativas. Nesta hipótese, por exemplo, situações de humilhação – não necessariamente menos graves - poderiam ter sido enquadradas pelos consultados neste tipo penal. A hipótese se enfraquece, entretanto, pelo fato da pesquisa ter proposto um item específico para estimar as práticas de humilhação que, como se verá, revelaram percentuais muito superiores àqueles encontrados para esta questão. 20,5% dos respondentes da amostra relataram já terem sido vítimas de tortura; um percentual impactante que revela uma dimensão de sofrimento dos profissionais da segurança ainda não objeto da devida atenção.

A incidência é muito maior entre policiais e bombeiros militares, quando comparada com policiais civis, o que sugere forte correlação entre prática de tortura e o tipo de formação militar ainda em vigor no Brasil. O tema merece um estudo específico capaz de averiguar, entre outras hipóteses, até que ponto – a par das reformas institucionais e dos avanços já alcançados pelas Polícias Militares -- as concepções vigentes quanto à formação dos policiais e bombeiros militares convivem ainda com o pressuposto de que a oferta de sofrimento cumpra papel “formador” para as atividades de policiamento. Uma investigação do tipo poderia também identificar se idéias do tipo espelham antigas tradições das FFAA, que procuram imitar circunstâncias especialmente estressantes em seus cursos de formação sob o argumento de “adestrar” os aspirantes às situações típicas de guerra.

Seja como for, submeter agentes da segurança pública a práticas de tortura e imaginar que isto constitua uma “pedagogia” assinala a permanência lamentável de um passado que, por isso mesmo, não é ainda passado.

## **Discriminados pela função**

Os profissionais da segurança pública, no Brasil, sentem-se discriminados pelas funções que exercem. 61,1% dos respondentes da amostra ponderada responderam afirmativamente a esta questão, o que evidencia que os policiais brasileiros e demais profissionais da área não apenas entendem que não são distinguidos pelas funções que desempenham, mas também – muito pior – percebem suas respectivas missões como fonte de exclusão ou desrespeito por parte do público.

## **Humilhados e desrespeitados nas corporações**

A situação de desvalorização social dos policiais é paradoxalmente reposta por várias das dinâmicas construídas por suas próprias instituições. Não casualmente, 53,9% dos respondentes da amostra ponderada relataram já terem sido vitimados por humilhação e desrespeito por parte de superiores hierárquicos; 21,1% sofreram o mesmo por parte de colega da mesma posição hierárquica e 7,2%, por colega de posição hierárquica inferior.

Os percentuais sugerem relações muito desrespeitosas entre os profissionais da segurança pública. Aparentemente, o fato de as humilhações praticadas por superiores hierárquicos serem mais comuns entre policiais militares sugere que as concepções mais rígidas de disciplina vigentes nas PMs abrem mais frequentemente espaço para a desconsideração do outro. Com efeito, as mesmas práticas são menos comuns entre policiais militares de mesmo posto e substancialmente menores para humilhações praticadas por PMs contra superiores hierárquicos, se comparadas com os percentuais para ambas as situações vividas entre policiais civis, guardas municipais e agentes penitenciários.

Se hierarquia e disciplina militares estão assim correlacionadas a um tipo de vitimização por humilhação e desrespeito de caráter “vertical” – das posições superiores sobre as subalternas – seria, muito provavelmente, precipitado imaginar que a linha de desrespeito nas Polícias Militares possa ser traçada nitidamente entre oficiais e praças. A pesquisa parece revelar, aqui, um fenômeno mais complexo. Com efeito, entre praças, as vítimas de humilhação por superior hierárquico são 57,7% da amostra ponderada contra 61,9% entre os oficiais. Este dado é coerente com a realidade encontrada entre policiais civis onde os percentuais de vitimização para o mesmo item são muito próximos para Delegados (52,3%) e não-delegados (53,4%).

### **Acusados injustamente e com direito de defesa negado ou cerceado**

Quase ¼ dos respondentes afirmou já ter sido acusado injustamente da prática de um delito e pouco mais de ¼ assinalou que sua corporação já negou ou cerceou seu direito de defesa. O fenômeno é especialmente preocupante também pelo fato de que as corporações da área da segurança pública não oferecem aos seus integrantes, via de regra, apoio jurídico diante de um processo –menos ainda ante um procedimento administrativo (o qual, na PM, pode implicar privação de liberdade).

### **Vitimados pelo racismo**

Do total dos respondentes na amostra ponderada, 5,3% consideraram já terem sido vítimas de racismo. Como seria de se esperar, as respostas afirmativas para experiência de vitimização por racismo se distribuem de maneira bem distinta quando se examina a cor auto-relatada. Os negros são os mais atingidos pelo racismo. Quase um entre cada 4 agentes de segurança pública de cor negra já foram vítimas de racismo (23,3%). Depois dos negros, os indígenas foram os que mais relataram casos de discriminação por racismo (8,8%).

### **Assediados sexualmente e discriminados pelo gênero**

3,3% dos policiais e agentes de segurança da amostra relataram terem sido vítimas de assédio sexual, delito cuja tipificação pressupõe a tentativa constrangedora de obtenção de favores sexuais por parte de superior hierárquico. E 9,7% do total da amostra revelaram terem sido discriminados pelo gênero.

Sem surpresas, a grande maioria das vítimas de assédio sexual é composta por mulheres. O cruzamento por sexo revelou que 16% das mulheres já foram vitimadas por este delito, contra 1,3% dos homens. Distribuição desigual que se amplia quando examinamos a discriminação de gênero entre os sexos: 55,3% das mulheres já sentiram na pele o problema, contra 2,5% dos homens.

### **Discriminados por convicção política**

Do total da mostra, 13,9% relataram já terem sido discriminados por suas convicções políticas ou por serem simpatizantes de partido político. Os percentuais para cada uma das corporações sugerem forte influência política sobre o cotidiano dos profissionais em segurança pública, no Brasil; um tema para o qual, ao que tudo indica, ainda não se conferiu a devida importância. Muito possivelmente, o estabelecimento por imposição e constrangimento de redes internas e externas (políticas) de lealdades ou mesmo processos de

“partidarização” da segurança pública se vinculam, fortemente, à ineficácia das políticas públicas, na área, e explicam parte importante dos problemas crônicos de gestão nas corporações.

Dois outros pontos de grande importância: os policiais se dizem **desatendidos na saúde** e, frequentemente, **desrespeitados em seus direitos trabalhistas**.

### **III. Perfil e Formação**

#### *Quem são os profissionais da segurança pública, no Brasil, e qual sua formação?*

##### **Mulheres na segurança pública**

A presença de mulheres entre os profissionais das diversas corporações e patentes é bastante modesta, ficando em média em pouco mais de 13% quando consideramos todas as corporações. Em algumas categorias, como a de delegados, a participação é bem maior, chegando a um terço. Nas Guardas Municipais e nos Bombeiros a presença de mulheres é ligeiramente superior à média.

##### **Cor dos profissionais da área**

Os resultados aqui expostos também nesse item confirmam estudos anteriores, que apontam as Polícias Militares e as profissões “de farda” como especialmente atraentes para jovens negros e como carreiras onde segmentos oriundos dos estratos pobres (nos quais os negros constituem maioria) encontram melhores possibilidades de ascensão, podendo ocupar cargos de chefia.

##### **O segundo emprego**

Os baixos salários são compatíveis com as avaliações feitas por esses mesmos profissionais sobre o contingente de colegas que mantêm um segundo emprego. 77,8% dos entrevistados avaliam que “a maioria” ou “mais ou menos a metade” dos profissionais de sua corporação mantêm uma segunda atividade remunerada em caráter permanente. Os bombeiros chamam a atenção, calculando que 85,1% de seus colegas tenham um segundo emprego.

##### **Vida profissional, vida social, vida familiar**

A frequência com que profissionais da segurança pública relatam ter parentes próximos em profissões de segurança é uma das surpresas da pesquisa. Um quinto (20,5%) possui irmãos ou irmãs nas forças. Quase 40% relatam ter tios ou primos. E 12,9% revelam que o pai foi ou é profissional da área. Entre os oficiais da PM essas proporções são mais elevadas. Entre delegados, 13,9% afirmam ter cônjuge trabalhando no setor. Talvez a presença de quase um terço de profissionais do sexo feminino, isto é, de delegadas, influencie esse resultado. A presença de parentes em profissões da área também é surpreendentemente alta entre guardas municipais e agentes penitenciários.

Apenas 34,6% dos entrevistados declararam não ter qualquer parente associado à profissão. A identificação da presença de pelo menos um parente se distribui com homogeneidade entre as corporações e as patentes, e é razoavelmente homogênea nas diferentes faixas etárias. Contudo, é mais acentuada entre as mulheres.

##### **Se pudessem escolher de novo...**

Perguntamos aos profissionais se eles escolheriam a carreira atual, caso pudessem optar novamente: 55,3% disseram que sim, escolheriam novamente a mesma carreira; 29% disseram que não; e 15,7% disseram que não sabiam. Os mais satisfeitos com a escolha são os bombeiros (63,5%), seguidos pelos oficiais da PM (62,1%), os agentes da PC (54,9%) e, logo em seguida, pelas praças da PM (54,8%). Guardas municipais (53,2%), agentes penitenciários

(49,5%) e delgados (48,9%), são os menos satisfeitos, se interpretarmos as respostas como expressivas de marcações em um *continuum*. Quando focalizamos os que não escolheriam a mesma carreira, os delegados se destacam, situando-se à frente dos demais grupos com 39% de respostas negativas (é neste grupo que se encontra o menor número de indecisos: apenas 12,1% declararam não saber).

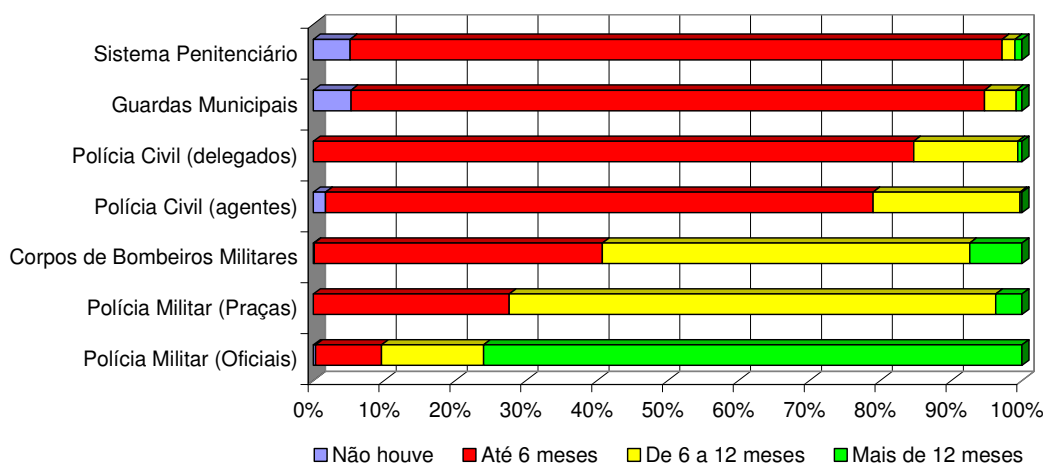
### Satisfação e o futuro

Em pesquisas qualitativas com policiais, em abordagens etnográficas, entrevistas semi-estruturadas ou grupos focais, frequentemente encontramos a reiteração da idéia de que “um policial é policial 24 horas por dia”, ou de que “ser policial” é uma “razão de ser”. Ou, como disse um policial, citado pela professora Cecília Minayo, “ser policial não é uma opção de trabalho, mas uma opção de vida, um estilo de vida”. Os dados da presente pesquisa/consulta reforçam a noção de que as carreiras em segurança pública são mais do que “empregos”, “trabalhos” ou “profissões”. De fato, a opção por uma das carreiras na área, usualmente, produz agentes sociais profundamente ligados às “culturas” corporativas. É neste ambiente, onde idealismo, vocação e frustração se combinam, às vezes de maneira surpreendente e contraditória, que os debates sobre mudanças e reformas podem encontrar um contexto próprio a resistências e, ao mesmo tempo, fecundo e estimulante da criatividade.

### Formação

Nada menos que 97,1% dos profissionais consultados disseram que formação e treinamento são itens “muito importantes” ou “importantes” para o desempenho das forças de segurança. Quando verificamos, contudo, o período e o conteúdo de formação desses profissionais, encontramos quadros distintos e problemáticos nas diferentes instituições.

**Tempo de duração dos cursos de formação**



Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

### Cursos que vêm se firmando na formação

Revelação importante se depreende da análise dos dados sobre os conteúdos dos cursos de formação. Embora alguns cursos relevantes apareçam em grande frequência na formação da maioria dos entrevistados, como Direitos Humanos (84,7%), descobrimos que não era assim no passado recente. O mesmo se dá com cursos menos frequentes, como Gerenciamento de Crise (48,6%), Policiamento Comunitário (47,1%), Mediação de Conflitos (39,8%) e Informática (27,7%). Quando observamos caso a caso, verificamos que sua oferta tem variado ao longo dos anos em uma linha ascendente.

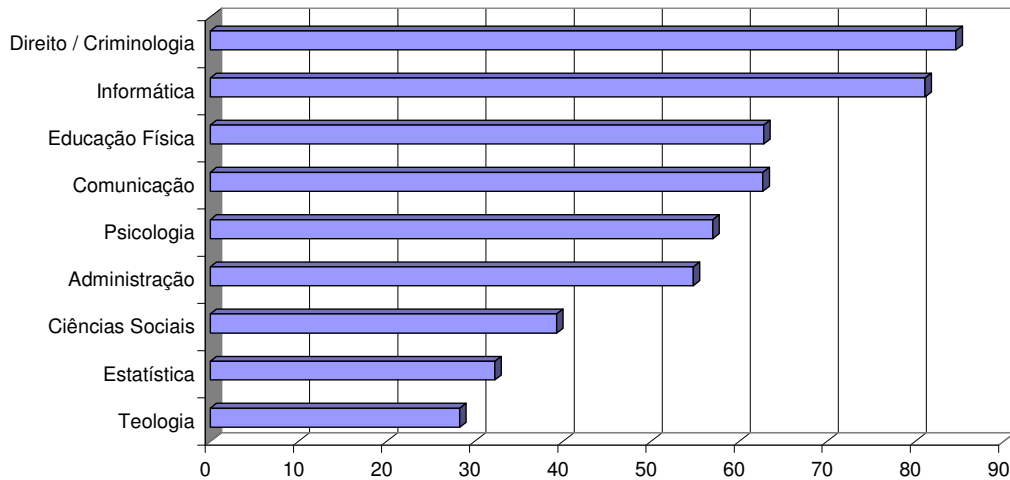
#### *Direito e Informática: o tradicional e o moderno nas carreiras de segurança*

Perguntamos aos profissionais da segurança pública em que campos eles gostariam de aprofundar seus conhecimentos, além dos cursos e especialidades oferecidos na corporação. A



escolha por Direito ou Criminologia apareceu em primeiro lugar para os profissionais de todas as corporações, com exceção dos bombeiros, para os quais essa opção veio em terceiro lugar (Informática e Educação Física vieram na frente).

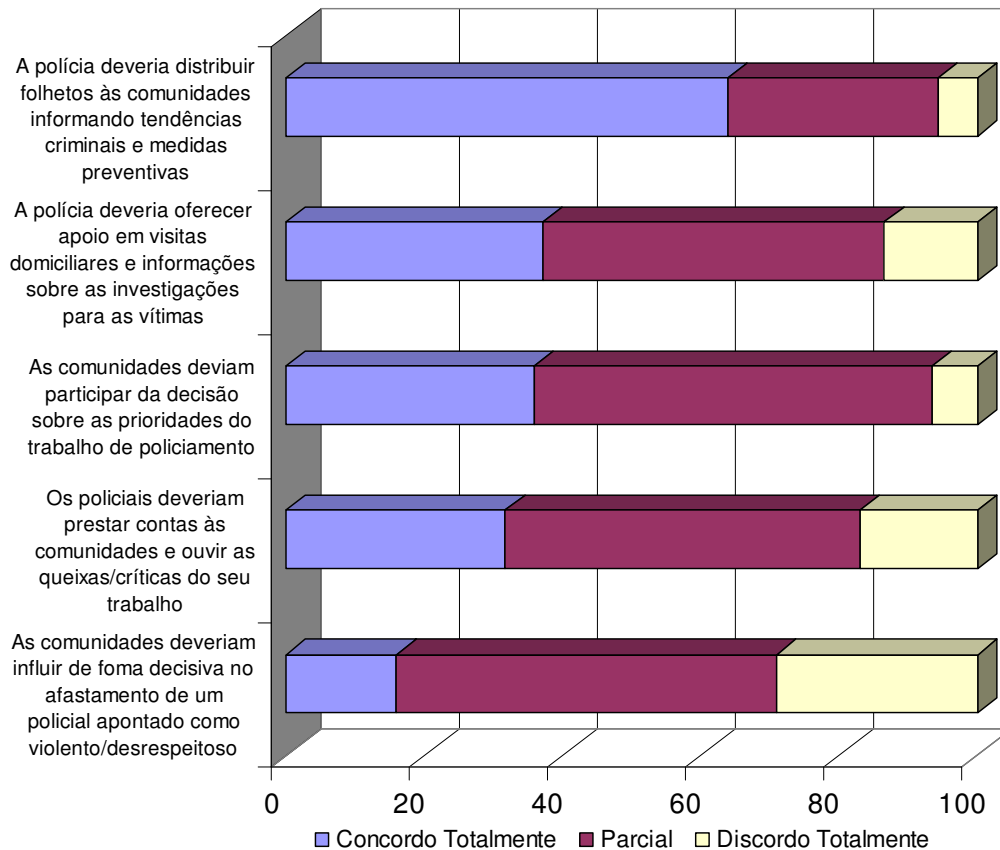
#### Campos em que gostaria de aprofundar conhecimento



Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

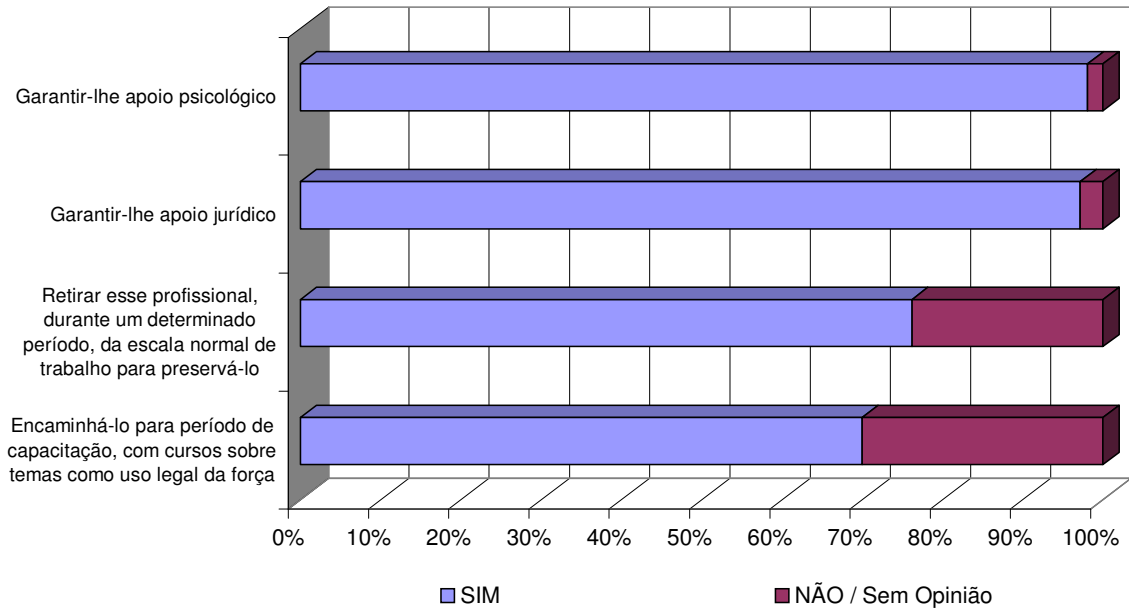
#### IV. Opiniões sobre outras questões relevantes

##### Opinião sobre a participação da comunidade em decisões acerca do trabalho da polícia



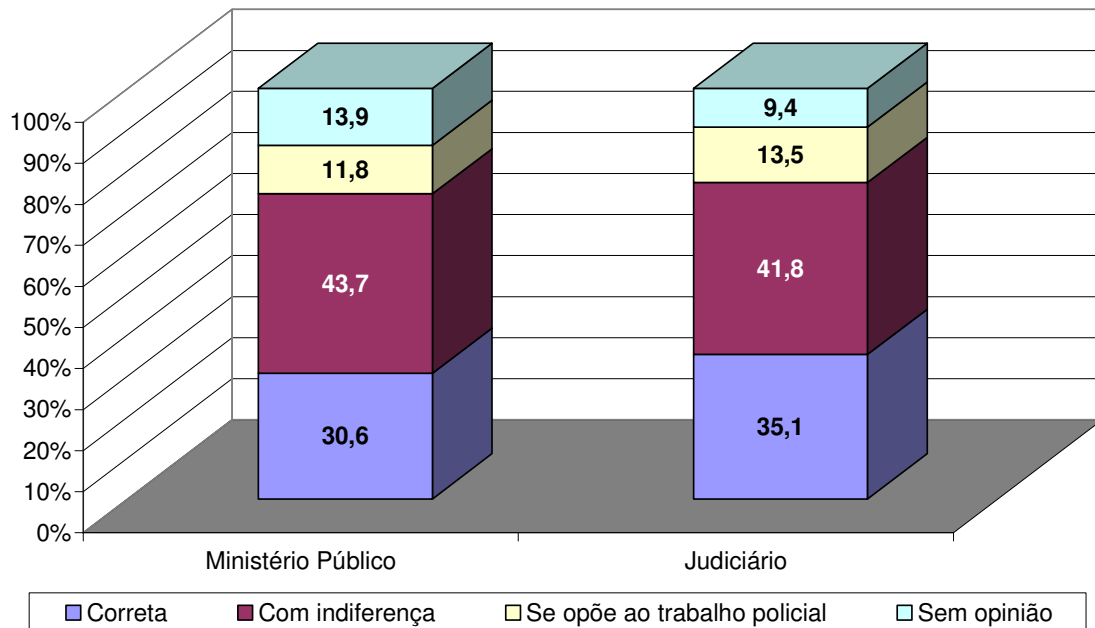
Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

### Opinião sobre procedimento em caso de profissional de segurança participar de ocorrência com morte



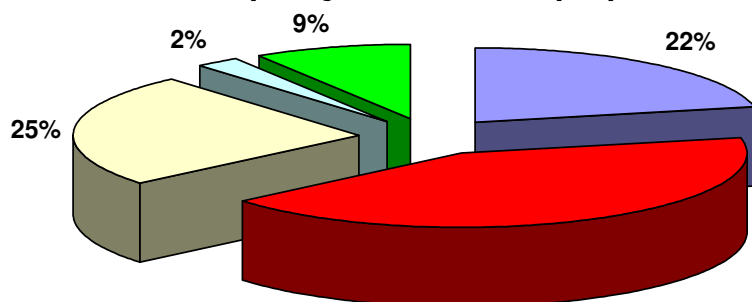
Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

### Opinião dos profissionais de segurança pública sobre a atuação do Ministério Público e Judiciário



Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009

**Opinião dos profissionais de segurança pública sobre o que a maioria dos colegas faria se flagrasse um agente de sua própria corporação recebendo propina**



- Denunciaria
- Conversaria com o colega para que ele não fizesse mais
- Fingiria não ter visto
- Conversaria com o colega para também receber propina
- Sem opinião

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP / PNUD, 2009